



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

KARLA CAROLINE DUARTE GUEDES

**O ASSÉDIO SEXUAL NÃO EXISTE OU É SILÊNCIADO? A INVISIBILIDADE DO  
ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

CACHOEIRA-BA  
2018

**KARLA CAROLINE DUARTE GUEDES**

**O ASSÉDIO SEXUAL NÃO EXISTE OU É SILENCIADO? A INVISIBILIDADE DO  
ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel de Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Dyane Brito Reis Santos

CACHOEIRA  
2018

KARLA CAROLINE DUARTE GUEDES

ASSÉDIO SEXUAL NÃO EXISTE OU É SILENCIADO? A INVISIBILIDADE  
DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Cachoeira – BA, aprovada em 25 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Dyane Brito Reis Santos  
(Orientador – UFRB)



---

Prof. Ms<sup>a</sup> Márcia da Silva Clemente  
(Membro Interno – UFRB)



---

Profa. Valdecir Nascimento Pedreira  
(Membro Externo)

“Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas”.

- Audre Lorde

## AGRADECIMENTO

Temos uma mania quase inevitável de fazer planos, até não planejar já é por si só um plano, ficamos frustrados quando um deles acaba por não dar certo, mas você já se deu conta? A vida tem um encanto particular de não te fazer perder, por mais que você ache que não deu certo, ela te leva à um rumo diferente e te dá novos caminhos.

Serviço Social representa para mim um pouco disso, foi um caminho diferente do planejado e de início você fica um tanto desconfortável e insegura, é claro que há suas implicações em seguir um caminho diferente do que você imaginava e inúmeros questionamentos surgem na sua cabeça, olhar o futuro lá no começo do curso assusta, mas também é um bom momento para você perceber que não será só isso.

Esses quatro anos e uns meses, trouxeram para mim aprendizados muito importantes, que não se limitaram ao teórico e acadêmico, não vou listar eles, porque até mesmo alguns eu não saberia explicar, mas serviram como material para uma construção que nunca acaba, cada momento, tenha sido ele bom ou ruim, somaram, e é por eles que eu agradeço, não é só o curso, não é só a Universidade, não é só a turma, não é só Karla, até porque não me vejo assim. Não sou só Karla que saiu do baixo sul para ir morar sozinha (de início) no recôncavo baiano, que apesar da pouca distância não me possibilitava voltar todo dia para casa, o que no começo pesou.

Quando eu penso em mim, penso na mulher guerreira que me possibilitou está aqui hoje, penso na mãe batalhadora que viúva tão cedo criou os três filhos, penso no quanto foi bom e difícil pra ela me ver mudar de cidade e em como eu sou abençoada por tê-la na minha vida, eu nunca vou achar que as palavras são o suficiente para agradecer, mas o meu amor e gratidão por você são imensos, fico muito feliz por trazer tanto de você em mim.

Penso nos meus irmãos, no amor, carinho e companheirismo que temos um pelo outro, a eles e minhas primas agradeço pelo período de graduação morando juntos, a saudade suavizava, a rotina deixava de ser pesada, a gente junto não se sentia tão longe de casa.

Penso na minha família, naquele monte de gente de personalidade diferente, vocês me ensinam todos os dias a acreditar, a ter fé e a buscar ser melhor. Obrigada pela união, pelo cuidado e por não soltarem a minha mão, eu seguirei “agarrada” em vocês.

Nos meus amigos, aqueles que fiz durante a graduação e naqueles que a amizade já vem de anos, obrigada pelo carinho, pelas risadas, pela paciência e por permanecer igual quando eu cá de “longe” sumia um pouquinho.

Na turma 2013.2 e de como ela não seria a mesma sem cada um que faz parte dela, a gente inconscientemente se aproxima mais de uns do que de outros, mas obrigada a cada um por esses quatro anos compartilhados e obrigada aquelas quatro meninas que viraram família durante a graduação, obrigada pela cumplicidade, amor e amizade.

Penso nos professores, que levaram para a sala não só conteúdo acadêmico, compartilharam com a gente inúmeras aprendizagens e ajudaram para que o caminho fosse melhor, obrigada pelo incentivo, simplicidade, risadas e por buscar tirar sempre o melhor de nós.

Na orientadora desse trabalho de conclusão de curso e nas orientandas, as orientações em grupo foram momentos muito bons, obrigada pela paciência, inspiração, pela dedicação, companheirismo e pela troca de pensamentos e ideias.

Agradeço a Deus pelas pessoas que Ele coloca na minha vida, pelos momentos que me dá e pelo cuidado. A caminhada não acaba aqui, que essa pesquisa alcance seu propósito e sirva para discutir sobre um assunto que precisa ser debatido, que de alguma forma ela tenha ajudado.

Obrigada!

## RESUMO

A violência entre gênero é um fator recorrente na sociedade que apesar de se proliferar em diferentes ambientes, acaba tendo sua discussão reclusa á apenas algumas instâncias. O espaço para se discutir sobre a violência contra mulher é a priori definido e estereotipado pela sociedade, ganha, portanto, como companheiros o tabu e o silêncio, ainda é delicado falar sobre a violência contra mulher, no mesmo sentido que ainda se naturaliza a agressão, e enquanto se fecha os olhos e se tapa os ouvidos, vítimas seguem sendo silenciadas pelos seus agressores. Acreditando que esses fatores advêm de uma construção social, buscou-se por meio da pesquisa identificar o que é gênero, suas implicações e de que maneira isto recai sobre a mulher, além de evidenciar a história da mulher negra enquanto escrava e objeto sexual. Este trabalho segue de encontro a identificar a agressão contra mulher, atentando-se especificamente para o assédio sexual dentro do ambiente universitário, não isenta do machismo, as instituições de ensino superior tem sido palco para reprodução do assédio sexual e para o silêncio diante do mesmo, esta pesquisa fez uso de entrevistas com vítimas de assédio sexual no ambiente universitário, afim de discorrer sobre a existência e importância da discussão sobre o assunto dentro das instituições, como ferramenta de proteção as estudantes, visando também a importância de leis e políticas públicas voltadas para o enfrentamento da agressão.

**Palavras-chave:** Violência entre gêneros; assédio sexual; universidades; naturalização.

## ABSTRACT

Gender violence is a recurring factor in society, which, despite proliferating in different environments, ends up having its discussion confined to only a few instances. The space to discuss violence against women is apriori defined and stereotyped by society, therefore gains as companions the taboo and silence, it is still delicate to talk about violence against women, in the same sense that the aggression is still naturalized, and while he closes his eyes and covers his ears, victims continue to be silenced by their aggressors. Believing that these factors come from a social construction, it was sought through the research to identify what is gender, its implications and how it falls on the woman, and evidence the history of the black woman as a slave and sexual object. This work goes on to identify aggression against women, focusing specifically on sexual harassment within the university environment, not exempt from machismo, higher education institutions have been the stage for the reproduction of sexual harassment and for the silence before the same, this research made use of interviews with victims of sexual harassment in the university environment, in order to discuss the existence and importance of the discussion on the subject within the institutions, as a tool to protect the students, also aiming at the importance of laws and public policies aimed at the confrontation of aggression.

**Keywords:** Violence between genders; sexual harassment; universities; naturalization.

## **LISTA DE SIGLAS**

DEAMs – Delegacias especializadas no atendimento à mulher

ONG – Organização não governamental

TCC – Trabalho de conclusão de curso

TCC1 – Trabalho de conclusão de curso 1

## SÚMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. A CULTURA PATRIARCAL E SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES ENTRE GÊNEROS</b> .....	16
1.1 O conceito de gênero e as implicações da relação de poder.....	17
1.2 Mulher, sexo frágil?.....	20
<b>2. “BRANCA PARA CASAR, PRETA PARA TRABALHAR, MULATA PARA FORNICAR”</b> .....	23
2.1 Gênero, raça e violência nos estudos em ciências humanas.....	24
<b>3. O ASSÉDIO SEXUAL E SUA NATURALIZAÇÃO NA SOCIEDADE</b> .....	30
3.1 O assédio sexual.....	31
3.2 O assédio noticiado na imprensa.....	36
<b>4. UNIVERSIDADE LIVRE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO?</b> .....	38
4.1 O assédio sexual dentro do ambiente universitário.....	39
4.2 Desenvolvimento da pesquisa e aspectos éticos .....	41
4.3 Análise da pesquisa empírica.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>APÊNDICE A</b> .....	54
<b>APÊNDICE B</b> .....	55 e 56

## INTRODUÇÃO

Abordar o assédio sexual contra as mulheres em diferentes ambientes continua sendo um tema altamente delicado, em parte pelo que se constitui o assédio sexual, e a isto soma-se questões como desconfiar da veracidade do fato, a culpabilização da vítima ou até mesmo manter-se alheio, desconsiderando a relevância e importância que constitui o assunto.

Outra determinante que dificulta a discussão e resolução do assédio é o lugar em que este ocorre, alguns casos de assédio sexual tem sido abafado por acontecerem em locais que o cenário idealizado é contrário a realidade, por exemplo, quando o assédio sexual ocorre em uma instituição da qual espera-se uma postura respeitosa e voltada para o desenvolvimento positivo do indivíduo, tanto na sua vida acadêmica, quanto na sua vida pessoal, a ação acaba sendo ignorada e nada é feito a respeito.

Esta omissão, no entanto, não é algo novo, materializa apenas a herança patriarcal que está enraizada na sociedade e que sempre acaba por inferiorizar e vitimar em diferentes âmbitos as mulheres. O patriarcado servia para responder por qualquer tipo de atitude de violência contra a mulher ou inferioridade da mesma, pois a relação de poder que este estabelecia dava a mulher apenas o papel de subordinada a vontade do homem.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, no que diz respeito aos direitos das mulheres, a partir de suas lutas e conquistas, estas passaram a ter mais autonomia em suas vidas e ocupar esferas que até então lhes eram negados, “o movimento histórico de luta das mulheres em relação as questões de gênero se constitui no enfrentamento de todas as formas de discriminação, no combate a todas as formas de violência, maus-tratos, assédio e exploração das mulheres e meninas, a luta pela assistência integral a saúde e educação, pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, a importância da autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres, como também a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social” (SCHMITT, 2016). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seu Art. 5º,

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Porém o que ainda se presencia é uma constante desigualdade entre gêneros, ancorado em uma cultura patriarcal, a sociedade continua de maneira menos explícita criando meninos e meninas de forma diferente para atribuições diferentes, os meninos para serem o “homem da casa”, responsável por manter a casa e a família, e a menina a “dona do lar”, responsável pela criação adequada dos filhos, há uma mensagem embutida no brinquedo da criança que a priori parece indefeso, a menina brinca de boneca e cozinha, enquanto o menino de bola e carro.

Essa crescente desigualdade acaba por difundir em fatores diversos, a relação de poder herdada do patriarcalismo dá ao homem, em alguns casos, a ideia de que o corpo feminino lhe pertence, é nesse âmbito que surge meu interesse pelo tema, o assédio sexual é uma invasão e está longe de ser um caso isolado, as formas de violência contra mulher são infelizmente extensas, mas o que me chama atenção no assédio sexual é que este mesmo sendo perigoso, continua sendo naturalizado e ignorado na maioria dos casos. Se pensarmos no assédio que acontece nas ruas, as mulheres são criadas para enxergá-los como uma ação positiva, até mesmo como um elogio, escutar termos obscenos, assobios, chiados enquanto anda em via pública não deveria ser algo normal, nem aceitável, mas dentro de um entendimento cultural não é uma postura inadequada.

Durante a graduação participei de alguns eventos (seminários) que tinham como abordagem a violência entre gêneros, assim como em sala de aula foi debatido as conquistas dos movimentos feministas e o que tais conquistas representaram na história da sociedade, as questões que envolvem a desigualdade e violência entre gênero foi algo que sempre prendeu minha atenção, a vulnerabilização do segmento feminino é um problema que acarreta em diferentes demandas e que precisa ser discutido e enfrentado, porque em alguns casos a falta de espaço para o assunto afeta ainda mais a vítima.

Ao participar de uma aula de TCC1 (Trabalho de Conclusão de Curso 1), estava sendo discutido alguns temas de TCC, quando foi contado um caso à parte, tratava-se de um homem que estava mexendo com as mulheres quando estas passavam por ele, houve uma breve discussão sobre o assunto e depois voltou-se a falar sobre os

temas, não pude parar de pensar na questão e na ausência de alternativas do que se fazer em resposta ao assédio, porque até responder pode se transformar em risco, isto levou a uma pesquisa, o assédio sexual nas ruas é imensamente recorrente e na mesma dimensão é naturalizado, foi a partir disto que o assunto tornou-se foco para a pesquisa.

A priori tinha-se como projeto realiza-la na Universidade, já que durante a graduação o assédio sexual especificamente não havia sido muito contemplado em relação aos temas abordados que envolve violência entre gênero, pensando então que este deveria ser um tema com uma visibilidade maior, no sentido de sua discussão ter mais espaço no ambiente universitário para que a partir de então seu debate fosse mais frequente e isto conduziu a uma maior proteção no que diz respeito de como lidar com o assédio, a pesquisa seria realizada então na universidade, mas não especificamente com o assédio sofrido nela, após algumas conversas da orientação do Trabalho de conclusão de Curso com a orientadora Dyane Brito, chegou-se à conclusão de abordar o assédio sexual dentro da própria Universidade.

“A violência contra a mulher também está se perpetuando no ambiente universitário, e isso está impactando a vida de jovens que lutaram para entrar em uma faculdade e acreditaram que estariam em um ambiente acolhedor, por parte de todos, avalia Alessandra Ginante, Presidente do Conselho do Instituto Avon”, (GINANTE Alessandra apud FORÚM FALE SEM MEDO/ AVON, 2015)<sup>1</sup>. A discussão sobre o assédio sexual na universidade é importante, pois além de tratar-se de uma violência contra mulher, o mesmo acaba em alguns casos sendo silenciado para não prejudicar a instituição, a relação de poder existente no ambiente colabora também para o medo da vítima em se posicionar, somando-se a isto há também o acolhimento do profissional que recebe a demanda e nem sempre é o adequado.

Há inúmeros fatores que colaboram para a sensação de impotência da mulher diante do assédio sexual, a invisibilidade que o mesmo tem tido, em relação a ser silenciado é um deles, esta pesquisa tem como objetivo analisar a existência da violência de gênero na universidade, com foco no assédio sexual, para isto a pesquisa tem abordagem qualitativa, pois essa segundo Gerhardt e Silveira (2009), esta

---

<sup>1</sup> Em 2015 foi realizada uma pesquisa (“Violência contra mulher no ambiente universitário”), do Instituto Avon com parceria com o Data Popular, tendo como público alvo os universitários, mulheres e homens. O resultado da pesquisa será abordado no decorrer do trabalho.

“preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A pesquisa é aplicada quanto a natureza, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”, (GERHARDT e SILVEIRA, 2009); sendo exploratória no que diz respeito aos objetivos, pois “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, (GIL, 2007 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009); sendo adotado no procedimento a pesquisa bibliográfica e de campo, pois será realizada “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” e “pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas”, (FONSECA, 2002 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Desta forma no primeiro capítulo foi abordado o conceito de gênero, pois o tema em questão resulta exatamente da relação entre gêneros e da violência existente entre estes, assim como também buscou-se analisar o patriarcalismo, enfatizando a predominância de uma cultura patriarcal e suas implicações no que diz respeito em como a mulher é vista na sociedade além de abordar objetificação sexual sofrida por ela.

No segundo capítulo, intitulado como “Branca para casar, mulata para ...., negra para trabalhar”: Gênero, raça e violência no estudo em ciências humanas”, buscou-se referências que analisam a história da mulher negra na sociedade, sua condição dentro do patriarcalismo, sua vulnerabilização enquanto mulher e negra, buscando um “diálogo” entre autores, a fim de desenvolver uma maior discussão acerca da objetificação sexual da mulher negra e das violências sofridas pelas mesmas.

O terceiro capítulo será voltado para o assédio sexual, “seus conceitos”, as medidas de combate (legislação), os distintos ambientes em que este ocorre, além de discutir sobre a sua naturalização, enfatizando também casos de assédio noticiados na imprensa brasileira.

O quarto e último capítulo do trabalho será destinado ao resultado da pesquisa sobre assédio nas universidades, com objetivo de discutir sobre o assédio a partir dos relatos das entrevistas, a existência do mesmo e o comportamento diante dessa existência, além de buscar identificar o possível ou possíveis assediadores, tendo ainda como objetivo medidas que visem o combate ao assédio no ambiente universitário, atentando-se a maneira como as vítimas de assédio são acolhidas pelos profissionais responsáveis, em especial o assistente social.

## CÁP I. A CULTURA PATRIARCAL E SEUS EFEITOS NAS RELAÇÕES ENTRE GÊNEROS

tentar me convencer  
de que tenho permissão  
para ocupar espaço  
é como escrever com  
o punho esquerdo  
quando nasci  
para usar meu direito

- a ideia de encolher é  
hereditária

- Rupi Kauar

### 1.1. O conceito de gênero e as implicações da relação de poder

Discorrer sobre gênero implica em observar as diferentes relações e ambientes em que homens e mulheres estão inseridos, sejam estas no ambiente do trabalho, dentro das relações familiares ou em ambientes públicos, como ruas, transportes, etc. A visível separação entre o ser homem e o ser mulher é tão presente que está evidenciada em pequenas atitudes e costumes que estão enraizados na cultura, sendo reproduzido assim em diferentes contextos históricos, transformando-se com o passar das gerações, mas nunca tornando-se extintos.

“O conceito de gênero se baseia na distinção entre sexo e gênero: gênero é definido como a construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo. Trata-se de um conceito relacional porque masculinidade e feminilidade se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder” (CARVALHO, 2004, vol.1, p. 01). Essa relação de poder é o ponto central da sociedade patriarcal, ao analisar a história das mulheres na sociedade brasileira, vê-se que a esta era atribuído um lugar e perfil que tende a transforma-la em um ser inferiorizado que tem como único propósito servir de forma gentil e honrosa o homem, tornando-a subordinada ao desejo e ordem deste.

No Brasil colonial a participação feminina se restringia ao espaço do lar, sendo negado a estas o direito de circular publicamente e quando feito, tal mulher era vista como desonrada. As atribuições dos papéis masculinos e femininos era algo presente e consolidado culturalmente, “no período colonial as mulheres não podiam frequentar escolas, ficando dessa forma excluídas do âmbito da educação formal, destinada apenas aos homens. Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres” (FOLLADOR, 2009, n. 2, p. 06). Havia ainda dentro desse contexto a distinção entre as mulheres brancas e da elite, as mulheres pobres e as escravas, sendo empregado a cada uma destas papéis e espaços diferentes dentro da sociedade patriarcal.

Às mulheres negras e as escravas era reservado o papel da exploração sexual e também do trabalho. No livro *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freire, essa relação de poder entre o homem branco e a mulher negra fica bastante visível, além de suportar a escravidão, ser privada de qualquer tipo direito e ser inferiorizada, era alvo da violência sexual por parte do homem branco, dono das terras, dos escravos e reflexo fiel do patriarcalismo. “Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção,

mas de exclusivismos: homens brancos que só gozam com negras”, (FREIRE, 1933, pág 284). Às mulheres negras eram, portanto, alvo do racismo e da objetificação do seu corpo e culpabilizadas por isso (o assunto será aprofundado no próximo capítulo).

Fallador, 2009, destaca que a chegada da Família Real proporcionou algumas mudanças para as relações familiares, com a pequena urbanização oriunda dessa chegada as mulheres conquistaram uma maior participação social, frequentando locais que até então lhes eram negados, como teatros e ruas. As lutas por conquistas continuaram no período Imperial, as mulheres da elite passaram a receber instruções em casa, mas estas estavam diretamente ligadas a postura a qual a sociedade esperava que elas tivessem, sendo assim a educação recebida pelas mulheres era completamente distinta daquela oferecida aos homens e com propósitos diferentes, “assim, traziam temas que não levantavam nenhuma discussão acerca da sociedade, mas, abordavam principalmente o amor, já que, estas mulheres foram educadas a apenas almejarem um casamento. Na verdade, as mulheres deveriam ser educadas e não instruídas, e, esse fato é notável pelos aprendizados destinados a elas, que não tinham nenhum teor de análise crítica da sociedade ou conteúdos científicos” (FALLADOR, 2009, n. 2, p. 10).

Vale ressaltar que no decorrer da história conquistas e direitos permearam a realidade feminina fazendo com que estas ocupassem espaços até então voltados apenas para os homens, direito ao voto, ao trabalho, á uma vida que não se limita apenas ao espaço do lar, porém a divisão entre gêneros ainda é algo presente e constante na sociedade, sendo o homem figura central em diferentes contextos, tornando-se essa afirmação visível por exemplo, em relações de trabalho, “as mulheres são discriminadas no mercado do trabalho quando, apesar de igualmente qualificadas, recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função e/ou recebem salários menores porque têm acesso apenas as ocupações pior remuneradas. No primeiro caso, a discriminação é salarial, e no segundo caso, temos a discriminação ocupacional, onde a variável de seleção é o sexo. Segregação ocupacional implica não apenas que homens e mulheres estejam segregados em diferentes ocupações, mas também que as ocupações nas quais as mulheres se concentram sejam pior remuneradas” (ARAUJO E RIBEIRO, 2001, p. 2).

A construção social do gênero reproduz a formação cultural advinda de uma sociedade patriarcal onde o homem detém o poder, colocando assim a mulher em posições inferiores, alcança diferentes espaços dentro da sociedade, ditando regras

e normas que são reproduzidas através de gerações, “a categoria gênero se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade. Não é algo taxativo, que dependa da questão biológica entre os sexos, porque uma pessoa pode ter determinado sexo e adotar para si o gênero “oposto”. Assim, o gênero pode ser compreendido como uma convenção social, histórica e cultural, baseada nas diferenças sexuais. Logo, está ligado às relações sociais criadas entre os sexos” (FALLADOR, 2009, n. 2, p. 2-3).

Enfatizando assim que tais relações sociais resultam na construção de perfis voltados a cada gênero, o que implica dizer que mesmo com o desenvolvimento histórico e as conquistas alcançadas pelas mulheres, estas ainda encontram-se muitas vezes vítimas do machismo oriundo do patriarcalismo, onde o corpo da mulher é uma propriedade masculina, portanto exposto a invasões como objetificação, violência de gênero e assédio sexual, temas estes que serão abordados no decorrer do trabalho.

## 1.2. Mulher, sexo frágil?

Estereótipos sobre a mulher foram criados, transformados e seguidos durante a história da sociedade, nascer mulher representa um universo de regras que apesar de estarem mais camufladas, ainda estão presentes, não segui-las implica em coerções, a sociedade, tanto homens como mulheres “apontam” e julgam aquelas que não seguem as normas culturalmente estabelecidas.

Nas palavras de Rosseau (2004, p. 527), toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Em todos os tempos os deveres das mulheres, aqueles que lhes devem ser ensinados desde a infância, consistem em agradar aos homens, em ser-lhes úteis, em fazerem-se amar por eles, educa-los quando são pequenos, cuidar deles quando crescem, dar-lhes conselhos, consolá-los e tornar-lhes a vida agradável e doce”, (apud SCHMITT, 2016, p. 5).

Por décadas dentro da sociedade patriarcal coube a mulher o papel restrito a submissão, sua vida social resumia-se ao lar e a ela atribuía-se a representação da honra do homem a quem estava ligada. “As mulheres desonradas eram aquelas que praticavam relações extraconjugais, perdiam a virgindade antes do casamento ou possuíam um comportamento desajustado socialmente. Elas manchavam a honra da família ou de seus maridos e, por isso, eram exemplarmente punidas pelos familiares ou condenadas ao ódio da sociedade. As mulheres honradas eram aquelas que seguiam os padrões e normas que a sociedade impunha, seguindo também o ideal de pureza mariano. Deveriam exaltar as virtudes de uma vida recatada e submissa ao poder masculino, ora do pai, ora do marido. Por fim, as mulheres sem honra eram aquelas, na maioria, ligadas direta ou indiretamente à prostituição, e, aquelas ligadas ao submundo das ruas. As escravas, por exemplo, eram consideradas mulheres sem honra” (FALLADOR, 2009, N. 2, p. 8).

O que fica claro é que a mulher era uma propriedade do homem e como tal era criada e educada para servir, tal colocação nos remete a objetificação do corpo da mulher e como este no período colonial estava voltado as mulheres negras, partindo do pressuposto que às mulheres brancas da elite estavam destinados a obrigação da reprodução e às mulheres negras escravizadas o prazer sexual dado ao homem. No entanto cabe indagar se tal objetificação cabe apenas ao período colonial e ao auge da sociedade patriarcal.

“O conceito de objetificação teve início na década de 70, mas não é um fenômeno novo. O termo objetificação, segundo Heldman (2012), “consiste em analisar alguém no nível de um objeto, sem considerar seus atributos emocionais e psicológicos” (apud LOURENÇO, ARTEMENKO, BRAGAGLIA, 2014, p. 05). Eventos atuais demonstram que a objetificação da mulher continua a ser um fator predominante, no Brasil, a mídia aparece como grande reprodutora dessa objetificação, através de propagandas que tem como ponto de marketing o corpo feminino, além de promover a reprodução da mulher tida como perfeita, um padrão a ser seguido pela sociedade.

Alguns pontos negativos podem portanto serem destacados, padrões reproduzidos pela mídia que ditam a forma como você deve se vestir, se comportar e se relacionar para suprir de forma adequada a ideia patriarcal que se tem de mulher enfatiza o machismo presente na sociedade e de forma sutil, através por exemplo de uma propaganda aparentemente despretensiosa continua a reproduzir a postura de subordinação da mulher diante do homem, fazendo com que aquelas que não seguem o padrão pré-estabelecido sofra coerções por partes da sociedade, como também a exposição do corpo feminino em propagandas em que o público alvo é o homem, “a “objetificação” do público feminino pode tornar o corpo feminino suscetível a desrespeito por parte de alguém, sem que isso pareça errado” (LOURENÇO, ARTEMENKO, BRAGAGLIA, 2014, p. 04).

A cultura patriarcal enraizada na sociedade oferece subsídios aos homens e os fazem em muitos casos convictos da ideia de que o corpo da mulher não á pertence, dão então há alguns homens a ilusão de que estes tem direito sobre ela e que não é errado atitudes como assédio ou estupro, pelo contrário, acredita-se até que uma roupa curta é um convite, a reprodução e estigmatização por diferentes meios de comunicação contribui para violência entre gênero, violência essa sofrida que culpabiliza a própria vítima.

A imagem a seguir foi retirada do artigo “A objetificação feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos”, de Ana Carolina Silva Lourenço, Natália Pereira Artemenko e Ana Paula Bragaglia, na imagem a propaganda está demonstrando um novo modelo de trocador de roupa, evidenciando assim o corpo feminino.



FONTE: QUASEPUBLICITARIOS, 2010.

Contudo é importante ressaltar de que diferente do espaço que a história e a sociedade patriarcal tentou fazer com que a mulher ocupasse, estas não se mantiveram sempre reclusas ao ambiente do lar e figurantes de suas próprias histórias, o sexo tido como frágil, ultrapassou barreiras e conquistou espaços e direitos que mudaram a vida de cada uma, como também a sociedade. O preconceito entre gêneros, a discriminação, entre outros, são pontos presentes na rotina das mulheres, mas assim como eles o constante enfrentamento, luta por direitos e conquistas também são.

## CÁP II. “BRANCA PARA CASAR, MULATA PARA F...., NEGRA PARA TRABALHAR”

nossas costas  
contam histórias  
que a lombada  
de nenhum livro  
pode carregar

- mulheres de cor

- Rupi Kauar

## 2.1. Gênero, raça e violência nos estudos em ciências humanas

Como afirma Vasconcelos (2005, p. 2), “o ramo da história que trabalha com a história das mulheres é muito recente, remontando a segunda metade do século XX. Anteriormente, no século XIX sob a égide positivista, a história excluiu duplamente as mulheres. Primeiro porque a elas era impossibilitado o acesso a uma educação profissionalizante que as levasse a produção de conhecimento exercendo o ofício de historiadoras<sup>2</sup>. Em segundo lugar, pelo fato de que a história positivista preconizava os grandes fatos desencadeados por líderes políticos e militares, o que, novamente, afastava as mulheres da participação como agentes históricos (apud FOLLADOR, 2009, p. 3-4).

Ao pegar estudos que explanem sobre a mulher na sociedade é natural encontrar em sua literatura as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e a posição de figurantes em que o patriarcalismo a resumiu, sempre subordinadas ao homem e suas vontades, eram obrigadas a permanecer afastadas da vida social, contentando-se com a vida que lhes foi imposta. No entanto há ainda nesse contexto, outro agravante, a posição da mulher negra dentro da história, á elas somavam-se a condição de mulher e de escrava, tornando-a ainda mais vulnerável em uma sociedade patriarcal e escravocrata.

O debate sobre a mulher na história da sociedade frequentemente exclui a história da mulher negra, “eram incessantes os argumentos sobre sua ‘promiscuidade sexual’ ou a sua propensão ‘matriarcal’ obscura, muita mais que eles iluminaram sobre a condição da mulher durante a escravatura” (DAVIS, 1982, p. 9), diferente da mulher branca a está não era imposto a reclusão no lar, não era negado a circulação em vias públicas e muito menos era a elas atribuído a classificação de ser frágil que precisava viver sob a postura firme do homem, pelo contrário, discriminada pela sua raça a mulher negra era explorada, enfrentava não só a exploração no trabalho, como também eram exploradas sexualmente pelos “seus senhores”, como destaca Davis (1982, p. 11), “as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidos às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas

---

<sup>2</sup> Este assunto foi abordado no primeiro capítulo desta pesquisa, a educação dada as mulheres tinha unicamente objetivos voltados para o interesse da sociedade patriarcalista, a perpetuação da sua subordinação diante do homem.

eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulher”, além de enfrentarem coerções por parte das esposas dos senhores.

A frase utilizada para dar nome ao capítulo dois, por exemplo, é uma citação do livro *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freire (1900-1987), lançado em 1933, a obra retrata o período de colonização do Brasil, e a relação entre índios, negros e brancos na construção da sociedade brasileira, assim como evidencia o patriarcalismo e racismo intensos presentes na época.

A mulher, aqui personagem principal, é vítima do patriarcalismo exacerbado e da discriminação, é facilmente distinguida pela sua cor e atribuída a um papel dentro da sociedade a partir dela, violentada de diversas maneiras, é refém de uma relação de poder onde precisa obedecer, pois as coerções as tornam outsiders da sociedade. Gilberto Freire, ao discorrer sobre as preferências dos homens em diferentes nacionalidades, ressalta que, “com relação ao Brasil, que o diga o ditado: Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (FREIRE, 1933, pág. 10).

Nota-se portanto a existência da objetificação sexual da mulher negra, a estas atribuía-se a exploração sexual, como se sua utilidade fosse suprir os desejos carnis do homem branco, evidencia-se o estereótipo criado no corpo da mulher negra, onde sua estrutura física remete ao sexo, estereótipo este que perpetua nos dias atuais, exalando o racismo ainda presente, que se mostra através de expressões como, “da cor do pecado” ou na cultura em que se espera que a mulher negra tenha pernas e bundas avantajadas, sempre a objetificando.

Inferiorizada no lugar de mulher e escrava, desprovida de qualquer forma de proteção, vulnerável a vontade do homem branco, a relação presente entre o homem branco e a mulher negra é destaca no livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire (1933), sempre com atributos voltados para sexualidade, onde as mulheres negras eram frequentemente exploradas e responsabilizadas pela violência sofrida por elas,

“Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o balão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (FREIRE, 1933, p. 283).

“Já houve quem insinuasse a possibilidade de se desenvolver das relações íntimas da criança branca com a ama-de-leite negra muito do pendor sexual que se nota pelas mulheres de cor no filho-família dos países escravocratas” (FREIRE, 1933, p. 283).

“(…) do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil” (FREIRE, 1933, p. 284)

“Casos de exclusivismo ou fixação. Mórbidos, portanto; mas através dos quais se sente a sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro (FREIRE, 1933, p. 284)

A culpabilização da vítima é ainda uma característica forte dentro da sociedade atual, o corpo da mulher mesmo que de forma mais “sútil” do que no auge do patriarcalismo, ainda é enxergado como propriedade masculina, tirando da mulher a autonomia do seu próprio corpo, características do patriarcalismo são cultivadas e passadas de geração em geração e tais características servem como justificativa para a violência entre gêneros, “portanto, seja uma visão biológica, que define a mulher como inferior ao homem do ponto de vista da força física, seja numa visão religiosa que identifica a mulher como subproduto do homem; já que foi construída da costela de Adão; seja do ponto de vista cultural, que define um campo específico para a atividade feminina, e outro privilegiado para a atividade masculina, todos esses argumentos, na maioria pseudo-científicos, prestam-se a construir uma identidade negativa para a mulher, e assim justificar os diversos níveis de subordinação e opressão a que as mulheres estão submetidas e promover, nelas, a aceitação de um papel subordinado socialmente” (CARNEIRO e SANTOS, 1993, p. 9).

Porém impulsionadas pelo desejo de liberdade e igualdade, surge o Movimento Feminista que tinha como objetivo a luta por direitos sociais e políticos<sup>3</sup>, disseminado em diferentes períodos e culturas, o feminismo resultou em diversas manifestações e luta pelo mundo, consolidou a representatividade das mulheres que a muito lhes foi negada, no Brasil representou contribuições significativas com o passar do tempo, como por exemplo, “inovações importantes no campo das políticas públicas. Destacase, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados

---

<sup>3</sup> (COSTA, 2013, p.1)

para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de *público* e *privado*. A violência doméstica tida como algo da dimensão do *privado* alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas”, (CARNEIRO, 2013).

No entanto, indo de contrapartida as conquistas realizadas pelas mulheres, há ainda, como já citado anteriormente, uma forte presença da cultura patriarcal, a qual embutida na sociedade, dita comportamentos e posicionamentos na vida social da mulher, e de forma visível se reproduz em diferentes esferas da sociedade.

As mulheres exercem em muitos casos dupla jornada de trabalho e ainda sofrem com a desigualdade salarial entre gêneros, somado a isto ainda precisam enfrentar os estigmas empregados pela sociedade, aqueles que as excluem do padrão ideal a ser seguido, precisam enfrentar não só a desigualdade de gênero, como também no caso das mulheres negras a discriminação, como destaca Silva, (2009, p. 71), “marcadas pelo estigma da escravidão, à elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesa, além das diferenças de gênero, também as de raça. O que observamos é que com papéis sociais “naturalmente” definidos como adequados, os nexos explicativos da condição da mulher negra remetem, primeiramente à sua condição de escrava. Sobre elas recaem tanto as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual como aquelas que o vêm adequado ao trabalho doméstico”, (apud, LINHARES, 2015, p. 2).

É difícil pensar que o patriarcalismo tenha acabado quando exemplos tão machistas se materializam no seu dia a dia, quando sua cultura te ensina que você precisa tomar cuidado com alguns homens e evitar andar á noite sozinha, quando sua forma de sentar precisa ser comportada, evitando sentar de pernas abertas, quando você troca de roupa, por você mesma julgar vulgar, ou é criticada por não saber cozinhar, por beber muito ou fumar, por falar alto ou sentar em um bar, ser ensinada

a desejar conquistar marido e filhos, é difícil acreditar que há liberdade quando você não pode ir a rua sem ser alvo de assédio sexual.

A violência contra a mulher é uma realidade recorrente que se manifesta de diferentes formas, facilmente naturalizada dentro da sociedade, esta pode passar despercebida até mesmo pela própria vítima, ocorre em espaços e situações diversos, podendo afetar a mulher em todas as fases da sua vida. “A violência de gênero consiste em qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. A violência de gênero é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, em que a subordinação não implica na ausência absoluta de poder”, (SCHMITT, 2016, p. 14).

Apesar das medidas tomadas, algumas citadas anteriormente, como forma de coerção à violência de gênero, esta tem crescido e assumindo roupagens preocupantes, não é raro encontrar notícias que relatem casos de abuso sexual, estupros coletivos e feminicídio, segundo a Lei N° 13.104 de 9 de março de 2015, feminicídio consiste em:

Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino  
 § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:  
 I - violência doméstica e familiar;  
 II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Á partir de levantamento da OMS (Organização Mundial da Saúde), “o Brasil passou a ser considerado a 5º maior taxa de feminicídio no mundo, em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875. Na mesma década, foi registrado um aumento de 190,9% na vitimização de negras, índice que resulta da relação entre as taxas de mortalidade branca e negra. Para o mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas” (apud ONUBR, 2016).

Reafirmando assim a violência presente e o agravante da vítima quando esta além de mulher é negra. O feminicídio é a violência final contra a mulher, mas outros tipos de violência atravessam o cenário da vida feminina. Schmitt (2016), apresenta sete tipos de violência de gênero, que são, “violência intrafamiliar; violência doméstica; violência física; violência sexual; violência psicológica; violência econômica ou financeira e violência institucional, todas imbricadas na relação de poder entre o homem e a mulher, sem pretensão de diminuir a importância e o perigo de qualquer uma delas, faço menção a três,

“Violência sexual: compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos. A violência sexual é cometida na maioria das vezes por autores conhecidos das mulheres envolvendo o vínculo conjugal (esposo e companheiro) no espaço doméstico, o que contribui para sua invisibilidade. Esse tipo de violência acontece nas várias classes sociais e nas diferentes culturas. Diversos atos sexualmente violentos podem ocorrer em diferentes circunstâncias e cenários”, (SCHMITT, 2016, p. 15).

“Violência psicológica: é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano a autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”, (SCHMITT, 2016, p. 15).

“Violência institucional: é aquela exercida nos/ pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso a má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico emocional”, (SCHMITT, 2016, p. 16).

Cabe ressaltar, portanto, que partindo das raízes estabelecidas pelo patriarcalismo, a realidade de uma mulher implica em rotineiramente ser afetada pelo mesmo, no caso das mulheres negras, soma-se ainda o racismo, da forma aparentemente mais naturalizada a mais alarmante, ela encontra-se ainda obrigada a conviver com posturas que tendem a inferiorizá-la e privá-la de uma liberdade que a muito buscou ser conquistada, além de ser culpabilizada pela violência que lhe é imposta, sofre ainda com racismo imposto pela sociedade. Os tipos de violência destacados à cima representam de forma impecável essa pesquisa pois traduzem ao que ela se detém, a violência sofrida pela mulher, no caso o assédio sexual, de qual maneira isso é afetado e o acolhimento da demanda, temas estes que serão explanados no decorrer da pesquisa.

### CÁP. III. O ASSÉDIO SEXUAL E SUA NATURLIZAÇÃO NA SOCIEDADE

ela era uma rosa  
mas quem a pegou na mão  
não tinha intenção  
de guarda-la

- Rupi Kaur

### 3.1. O assédio sexual

Como mencionado anteriormente, as formas de violência contra a mulher são inúmeras, em alguns casos essas passam embutidas no cotidiano e são brutalmente naturalizadas, taxadas como algo normal, agridem a mulher não apenas pelo ato, mas pelo silêncio e irrelevância creditados nelas (às violências entre gênero).

O assédio sexual entra, portanto, nesse contexto como uma das muitas formas de agressão contra mulher que são naturalizadas, sua realização não se resume a um espaço ou relação específica, ao contrário disso, alcança espaços e relações diversas, podendo acontecer em ambientes privados e públicos, entre pessoas próximas ou até mesmo entre desconhecidos. Mas o que seria o assédio sexual? Judicialmente, de acordo com o código penal brasileiro, segundo o art. 216-A da Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, configura-se assédio sexual,

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

Não se pode ignorar o fato de que o assédio sexual no ambiente do trabalho é uma agressão recorrente. As mulheres com o passar do tempo ocuparam espaços que até então o auge da sociedade patriarcal não as permitiam, não sendo diferente dentro do universo trabalhista, a ingressão das mulheres nesses espaços representa uma conquista positiva e ao mesmo tempo representa o predomínio do machismo existente na sociedade, colocam infelizmente ainda as mulheres em uma posição de vulnerabilidade, tanto no que diz respeito a desigualdade entre cargos e salários, como na objetificação sexual dada a elas.

Teoricamente, um homem, não de forma generalizada, no lugar de chefe na esfera do trabalho enxerga na mulher sua subordinada, objetificando-a sexualmente e assediando-a, mas o assédio sexual pode ser realizado apenas entre chefe e empregada? Pensando de uma maneira mais ampla, a Lei do Assédio Sexual (Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001), deixa algumas lacunas a serem preenchidas no que diz respeito ao alcance do assédio sexual, este por exemplo, pode acontecer no ambiente do trabalho entre colegas ou fora do ambiente do trabalho, mas o código

penal brasileiro não configura isto como crime. No Brasil, o assédio sexual que não envolve uma relação laborativa se configura como uma contravenção penal, que é uma infração considerada com menor gravidade, desta forma de acordo com a Lei de Contravenções Penais (Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941), em seu art. 61 fica estabelecido,

Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941

Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor.

Colocando assim o assédio sexual em outros ambientes que não seja o laboral como uma infração de menor potencial ofensivo, é claro que enquanto sociedade vivemos em constante construção a partir dos acontecimentos sociais e a lei do assédio sexual vigente até então representa o reflexo de uma necessidade presente dentro de um determinado contexto histórico, a crescente inserção das mulheres no ambiente do trabalho tornou ainda mais visível o machismo enraizado na sociedade, mas é nesse mesmo âmbito de construção a partir das necessidades presentes que se precisa pensar em novas leis e em formas de prevenção contra o assédio sexual.

A Think Olga, ONG (Organização não governamental) feminista, criada em 2013, entende o assédio sexual como “assovios, cantadas, toques indesejados, olhares e até buzinadas: todo tipo de interação sem consentimento, sensual ou sexualmente carregada, pode ser considerada assédio”, a ONG realizou uma pesquisa online sobre assédio sexual, em 2013, onde 7.762 mulheres participaram respondendo perguntas como o local do assédio, a maneira da abordagem, a reação diante do assédio, entre outros, a pesquisa indica que das entrevistadas 99,6% já foram assediadas e o local não se restringe ao ambiente do trabalho,

### **Onde você já recebeu cantadas? (era possível selecionar mais de uma opção)**

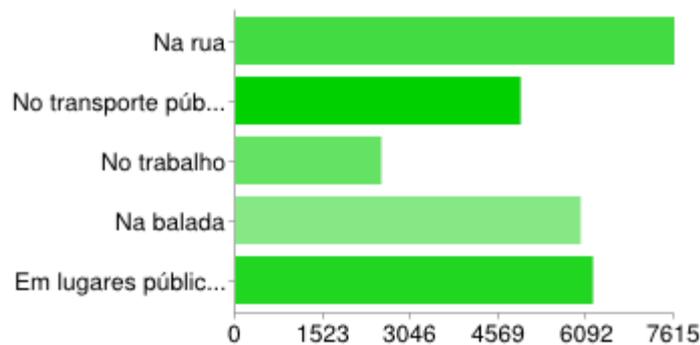
Na rua 98%

No transporte público 64%

No trabalho 33%

Na balada 77%

Em lugares públicos: parques, shoppings, cinemas 80%



Fonte: Site Think Olga/ Chega de Fiu Fiu- Resultado da pesquisa.

Há um predomínio na pesquisa desenvolvida pela Think Olga de cantadas nas ruas, culturalmente somos ensinados a definir a cantada nas ruas como um fator natural que não oferece risco, soando muitas vezes como um elogio ou flerte, “direito” conservado ao homem de abordar uma mulher na rua e dirigir-se a ela com palavras que julgam ser normais, mas divergindo desse entendimento e pensando na condição da mulher, a cantada nas ruas parte do seu caráter culturalmente inócuo para a vulnerabilização da mulher que acaba por não poder andar em vias públicas sem que seja alvo de palavras e gestos pejorativos, outra vez então a cultura patriarcal nos ensina e entender que o problema está na mulher, como por exemplo nas vestimentas usadas pelas mesmas, desconsiderando o fato da naturalização social sob o assédio sexual nas ruas e assim culpabilizando as próprias vítimas pelo assédio sofrido.

O assédio sexual nesse ambiente passa, portanto, a ser ignorado, aceitado socialmente agride inúmeras mulheres diariamente, uma pesquisa realizada em 2016 pelo Datafolha indica que “40% das mulheres com mais de 16 anos sofreram assédio dos mais variados tipos em 2016: 20,4 milhões (36%) receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua; 5,2 milhões de mulheres foram assediadas fisicamente em transporte público (10,4%) e 2,2 milhões foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento (5%). Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e mulheres negras são as principais vítimas” (G1, 2017), vale ressaltar o predomínio da objetificação sexual da mulher negra debatido no capítulo anterior.

Soma-se ainda a esta realidade outros fatores resultantes da aceitação social sob o assédio sexual nas ruas, por este ser visto de forma aceitável culturalmente na sociedade não se coíbe o homem de praticá-lo, incentivando assim a perspectiva de que o corpo feminino não é propriedade única da mulher; atrela-se a isto a ausência de leis e políticas públicas que visem especificamente o assédio sexual nas ruas como fator de risco as mulheres; outro aspecto é que em alguns casos a naturalização faz com que a própria mulher não consiga identificar a “cantada” ou “elogio” como assédio sexual apesar de se sentir agredida, retificando que socialmente a culpa pelo assédio sexual é inúmeras vezes atribuída a própria vítima.

Nesse contexto inúmeras mulheres se silenciam por medo, acabam se culpabilizando e mudando rotinas e comportamentos na tentativa de evitar uma atitude que independe da vestimenta ou do local em que se está, mas depende sim de uma reeducação social que trabalhe no intuito da desconstrução do machismo empregado em diversas instâncias da sociedade.

Dentro dessa realidade as Universidades também tem sido espaço para o assédio sexual. A Universidade não é um ambiente a parte e por não ser reproduz automaticamente a vida social fora dela, desta forma não está imune ao machismo e tão pouco as agressões advindas dele, as mulheres inseridas no ambiente universitário, mais especificamente as discentes dentro desse contexto, enfrentam a invasão do assédio sexual, como gestos e investidas com conotação sexual por parte de colegas, professores e outros autores inseridos no ambiente universitário, assim como, o silenciamento da violência diante do renome social que possui a instituição, entendido como um espaço em que se visa o crescimento pessoal e profissional do aluno, a existência do assédio sexual rompe com essas expectativas e é em nome dessa reputação que o assédio tem sido muitas vezes ignorado, levado ao descaso sem resolução, é claro que esta realidade é composta por distintas demandas e o autor do assédio ou o silenciamento deste não depende necessariamente de um único fator.

A violência entre gêneros transita ainda no ambiente universitário como um assunto pouco debatido, homens e mulheres não reconhecem determinadas atitudes como violência de gênero mesmo praticando ou sendo vítima destas, o que colabora para a perpetuação do assédio sexual dentro do ambiente universitário, uma pesquisa online realizada em 2015 pelo Instituto Avon e o Data Popular com 1.823 estudantes de ambos os sexos evidenciou o desconhecimento das práticas de violência entre

gênero, apontando que antes de ter o acesso a lista de comportamentos do que se configura como violência entre gêneros, apenas 10% das mulheres disseram ser vítima desse tipo de violência, enquanto que após ter acesso a lista este número cresceu para 67%, a ausência de discussão sobre o assunto contribui também para a impotência diante da violência, 63% das estudantes que responderam à pesquisa disseram não ter reagido diante do acontecido, as discentes se tornam vulneráveis pela soma de diversos mecanismos que proporcionam o crescimento da agressão e reduz seu enfrentamento.

Atrela-se, portanto, à proliferação do assédio sexual no ambiente universitário, a importância da reputação da instituição acima dos casos de assédio, a ausência de um diálogo mais aprofundado a respeito da violência entre gênero, pois em alguns casos a discente não sabe reconhecer ou quais medidas adotar diante do assédio sexual, o acolhimento inadequado ou inexistente da instituição a demanda, o descrédito e naturalização empregados a agressão, entre outros fatores.

### 3.2. Casos de assédio noticiado na imprensa

Atualmente notícias sobre assédio sexual tem tido visibilidade na imprensa nacional, casos de assédio em diferentes espaços tem sido divulgado, essa divulgação soma-se positivamente no sentido de dar início a campanhas de mobilização e enfrentamento ao assédio, ao mesmo tempo que dar espaço e segurança para que novas denúncias sejam realizadas, mas é importante sinalizar o quanto ainda são prematuras diante da amplitude do assédio sexual como violência entre gêneros. Três casos de assédio sexual divulgados pela mídia foram selecionados para compor este capítulo, observou-se para essa seleção suas problemáticas, o efeito provocado na sociedade após sua divulgação, a resolutividade e os locais em que ocorreram.

1º Caso: Em março, a figurinista da Globo Susllem Meneguzzi acusou o ator (José Mayer), de assédio sexual em carta aberta no jornal Folha de São Paulo. Ela contou que Mayer começou com um elogio, depois começou a falar coisas que a deixavam constrangida frequentemente e até colocou a mão na sua genitália. Ele foi afastado da emissora por um período e se desculpou publicamente. "Aprendi nos últimos dias o que levei 60 anos sem aprender. O mundo mudou. E isso é bom. Eu preciso e quero mudar junto com ele", (REVISTA GLAMOUR, 2017)

2º Caso: Uma mulher sofreu um assédio sexual dentro de um ônibus na Avenida Paulista por volta das 13h20 desta terça-feira (29). Segundo a Polícia Militar, o homem ejaculou na mulher e ela ficou em estado de choque, (G1, 2017).

3º Caso: Florianópolis - Pelo menos dez alunas da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) denunciaram um professor de História por abuso sexual e estupro.

"(...) o delegado Paulo de Deus, da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, diz que os relatos das novas vítimas são parecidos com os depoimentos já colhidos e que os indícios apontam para prática de assédio sexual", (O DIA, 2018).

Os três casos abordados apresentam ambientes e relações diferentes, no primeiro caso o assédio sexual ocorre entre uma figurinista e um ator nacionalmente conhecido no ambiente do trabalho; no segundo caso o assédio sexual se dá em um transporte público entre desconhecidos e o último caso apresenta o assédio sexual dentro do ambiente universitário entre professor e aluna.

Os dois primeiros casos tiveram maior repercussão dentro da mídia, destacando-se o fato de um deles ter tido como autor um homem nacionalmente

conhecido, a agressão deu início a campanha “Mexeu com uma, mexeu com todas”, criada pelas mulheres funcionárias da mesma emissora que se deu o ocorrido, como ato de resposta e enfrentamento ao assédio. O assédio sexual noticiado no ambiente universitário é o mais atual, mas não teve o mesmo alcance de divulgação comparado aos dois primeiros, o que deixa evidente que a discussão sobre o assédio sexual se desenvolveu em determinados âmbitos, enquanto em outros continua delicado e pouco aprofundado em razão dos autores que compõem o cenário.

No que diz respeito a resolutividade, o primeiro caso o ator se desculpou publicamente e foi afastado da emissora que trabalha; no segundo caso o autor chegou a ser detido, mas foi liberado pela justiça de São Paulo, sendo detido novamente por assediar outra passageira em outro ônibus; no último caso foi aberta uma sindicância para investigação das denúncias. O assédio sexual, percorre ainda um caminho torturante, não é abusivo apenas pelo ato, agride também pela forma que a sociedade o encara, tornando as mulheres ainda mais vulneráveis.

#### CÁP IV. UNIVERSIDADE LIVRE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

Me toca o corpo com os olhos

Me enxerga presa e ele predador

Não vê voz e nem escolha

Só enxerga sexo, só escuta desejo

Leva a mão sobre meu corpo, pois se  
acha no direito

Se reconhece como chefe e não como  
agressor

- Karla Guedes

#### 4.1. O assédio sexual dentro do ambiente universitário

“No Brasil vivemos um quadro único em nossa história no que concerne ao acesso à educação, cada vez mais os números de meninas e mulheres nas escolas, cursos técnicos e Universidades supera a quantidades de matrículas realizadas por meninos e homens. O mesmo acontece a respeito das distribuições de bolsas para pesquisadoras, principalmente na área de ciências humanas, assim como a taxa de conclusão, atualmente maior entre mulheres na Universidade Federal da Bahia (SOUZA, 2014 apud SANTANA e VANIN, 2017),

Mas essas estruturas estão preparadas para esse novo cenário? As Universidades e afins tem se configurado como um ambiente de segurança e respeito as mulheres? Existe espaço para o diálogo desprovido de preconceito e estereótipos acerca do segmento feminino? Segundo Tavares, (2017) “a pesquisa (A violência contra a mulher no ambiente universitário- Instituto Avon/Data Popular), revela que o ambiente universitário se tornou um espaço temido pelas mulheres, devido a locais e acesso mal iluminados, falta de segurança, mas também por estarem expostas a comportamentos machistas e violência de gênero, envolvendo desde desqualificação intelectual, coerção, agressão moral/psicológica, assédio sexual e até mesmo estupro”, a pesquisa aponta ainda que 57% das entrevistadas dizem ter sofrido assédio sexual dentro do ambiente universitário e 73% conhecem casos de assédio sexual contra mulheres.

Como mencionado no capítulo três, o assédio sexual no ambiente universitário se caracteriza por distintas implicações no que diz respeito ao ato, até a forma como a vítima e a sociedade acadêmica reage a ele. O cenário acadêmico aberto a debates e discussões variáveis apresenta superficialidade quando o tema é assédio sexual, é natural a existência de grupos específicos de militância que dialogam e buscam formas de enfrentamento ao assédio, mas de uma forma mais ampla este não tem sido contemplado, nessa perspectiva é importante enfatizar que o silêncio depositado no assédio no âmbito universitário pode vim a contribuir para continuidade da agressão, partindo da premissa que ao não ser abordado, não se pensa em formas efetivas de proteção, de enfrentamento e resolução, além de não oferecer espaço para que as vítimas sintam-se seguras de relatar a violência.

Foi nesse sentido que buscou-se aproximar-se da realidade da discente vítima de assédio sexual, através da pesquisa de campo no intuito de compreender de modo

mais aprofundado como o assédio sexual se dá no âmbito universitário, quem o comete, a maneira como é tratado pela instituição e as implicações deste na vida pessoal e acadêmica da estudante.

#### 4.2. Desenvolvimento da pesquisa e aspectos éticos

A pesquisa foi realizada online e divulgada através de redes sociais (Facebook e Instagram), a entrevista tinha como público alvo as discentes vítimas de assédio sexual no ambiente universitário, não tendo restrições sobre a instituição de ensino, foi deixado na divulgação email (endereço eletrônico), para que as discentes que sentissem interesse em participar entrassem em contato (fornecendo também como meio de contato o facebook), a partir deste contato era encaminhado a elas o questionário, este foi composto por 18 perguntas direcionadas ao ato do assédio sexual, o momento do curso em que este ocorreu, de que modo afetou-a e o que foi feito após a violência (se houve denúncia ou intervenção da universidade e de terceiros), além de 7 perguntas direcionadas a dados pessoais afim de identificar o perfil da vítima, dessa forma foi encaminhado para as entrevistadas o termo de consentimento livre e esclarecido, que consiste em “um documento básico e fundamental do protocolo e da pesquisa com ética. É a fonte de esclarecimento que permitirá ao participante da pesquisa tomar sua decisão de forma justa e sem constrangimentos. É a proteção legal e moral do pesquisador, posto que é a manifestação clara de concordância com a participação na pesquisa” (FSA, 2017), assegurando-lhes dessa forma a não divulgação de qualquer dado pessoal que possa de alguma maneira ajudar a identificar a entrevistada, assim sendo os nomes utilizados na divulgação do resultado da pesquisa serão fictícios, os mesmos foram escolhidos na tentativa de chamar atenção para a naturalização das estatísticas da violência entre gêneros, antes de sermos “Marias”, “Joanas” “Valentinas” e “Lauras”, nomes que viram números, somos mulheres com vidas que tem sido diariamente violentadas, a violência expressiva no Brasil contra mulher demonstra o quanto ainda é necessário progredir.

### 4.3. Análise da pesquisa empírica

As entrevistas foram realizadas com duas discentes, a primeira, “Júlia”, 21 anos de idade, autodeclarada negra, graduanda de Geografia na Bahia e a segunda, “Rafaela”, igualmente autodeclarada negra, 22 anos de idade, pós-graduanda em Comunicação em Minas Gerais. O assédio ocorreu para as duas em idade, momento e com autores diferentes,

Júlia, graduanda de geografia, foi assediada aos 20 anos de idade, no terceiro semestre da graduação pelo seu professor.

Rafaela, militante dos direitos da mulher, foi assediada pela primeira vez aos 18 anos de idade, no primeiro semestre da graduação, por um conhecido próximo (colega).

O assédio sexual é um elemento reprodutor do machismo e está presente retificando a subordinação da mulher diante do homem, é um comportamento abusivo e coercitivo que visualiza a mulher unicamente como objeto sexual, mas que culturalmente foi naturalizado, “Louro (2000) observa que a sexualidade é aprendida ao longo da vida, a forma como expressamos nossos desejos e prazeres são socialmente estabelecidas e envolvem códigos próprios a cada sociedade. Nos países latinos, culturalmente os homens tanto ‘podem’ como ‘devem’ manifestar seu interesse por uma mulher, prova inconstante de sua masculinidade (Moreira, 2002), ou seja, nossa sociedade confere aos homens um poder sexual” (apud TAVARES, 2017). Ao serem questionadas na entrevista sobre como havia sido o assédio sexual, as participantes responderam,

Este professor já tem uma “fama” de “dar em cima” das alunas. Mas até o momento, ninguém denunciou. Meu cabelo é crespo (bem black power) e em uma das aulas ele perguntou se podia pegar no meu cabelo, e ao mesmo tempo, alisou meu ombro. Eu, com um tom de voz alterado, disse NÃO! E o afastei de mim. Mas sempre que tinha uma oportunidade, ele queria passar a mão no meu cabelo, alisar meu ombro, tentar me abraçar, e olhava com olhar de desejo (que dava nojo) pra mim e minhas colegas. Quando estávamos chupando alguma bala ele pedia um pedaço, comentava das nossas roupas, fazia convites, enfim, os assédios aconteciam em todas as aulas, (Júlia, graduanda de geografia).

O caso se deu em uma festa após o inverno cultural da cidade em que residia ele tentou me beijar a força, na ocasião estava acompanhada de uma amiga que me ajudou a me defender, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

Apesar de tratar-se de um tema ainda pouco debatido, tanto na esfera acadêmica, quanto na literatura (pesquisas aprofundadas acerca do problema), o assédio na Universidade é presente e frequente, essa invisibilidade tem como consequência a falta de informação sobre o assunto e portanto uma crescente vulnerabilidade diante dele, as vítimas de assédio sexual no ambiente universitário acabam por não saber de que forma agir, essa invisibilidade confere, portanto, subsídios para que a agressão permaneça, dando aos homens uma certa despreocupação no que diz respeito as consequências da agressão. Foi indagado na entrevista qual foi a reação diante do assédio sexual, as participantes responderam,

Como dito anteriormente, em um dos casos eu disse não. Mas na maioria dos casos eu não o respondia ou olhava de cara feia para demonstrar que não estava gostando e as demais meninas perceberem e fazer o mesmo, (Júlia, graduanda de geografia).

Eu o afastei e desviei o rosto, mas claro que isso é praticamente insignificante quando um homem com o dobro da sua altura e corpo tenta algo com você, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

Soma-se a esse contexto a relação de poder estabelecida entre os gêneros que acaba se configurando em outro agravante para a resolução do assédio, a vítima pode sofrer coerções em detrimento das reações,

Não houve uma ameaça, mas o professor me deu uma nota abaixo do que eu realmente tirei. Até hoje ele não deu minhas avaliações para poder verificar, (Júlia, graduanda de geografia)

A pesquisa realizada pela Think Olga (ONG feminista), em 2013, revela ainda que das participantes 73% não reagem ao assédio sofrido nas ruas em sua maioria por medo, “25% das estudantes universitárias já foram xingadas ou agredidas por terem rejeitado uma investida nas dependências da universidade ou em festas acadêmicas, competições e trotes”, (VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO- INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015 apud REVISTA GALILEU, 2016), é importante enfatizar que seja qual for o ambiente que ocorre o assédio, este provoca na maioria dos casos a impotência da vítima, a sociedade através de suas construções sociais estabeleceu espaços e comportamentos que acabam por coibir a mulher, a própria violência pode por vezes passar despercebida pela mulher por se tratar de um aspecto dado no cotidiano que imperceptivelmente se naturaliza ou em outros casos a violência entre gêneros

(assédio sexual) é descreditada pela sociedade, consolidando assim a segunda agressão após o assédio. Desta forma, a denúncia de um assédio no ambiente universitário constitui-se de tabus e medos, implica na exposição do caso e por consequência no julgamento que tende a culpabilizar a própria vítima, no receio da descrença sobre o acontecido, no medo da represália por parte do assediador ou na impunidade do caso, não obtendo resolutividade, foi perguntado as participantes da pesquisa se elas fizeram alguma denúncia e se esta havia sido dentro da Universidade,

Não. A (Universidade B<sup>4</sup>) não nos dá segurança para poder denunciar. O colegiado não faria nada. Na verdade, o colegiado “sabe” mas finge que nada acontece em relação a isso. Estamos sós. E por medo, muitas meninas não denunciam, ou por falta de provas, etc, (Júlia, graduanda de geografia).

Não denunciei porque ocorreu fora da universidade e na época não tinha a consciência da gravidade do ocorrido, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

\*Você tem ou teve noção de quais setores ou pessoas procurar em caso de assédio sexual?

No caso, seria a direção ou colegiados, mas ambos são apáticos, (Júlia, graduanda de geografia).

Isso não fica claro dentro da universidade a orientação é sempre procurar as autoridades competentes, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

A Universidade não fornece subsídios de enfrentamento ao assédio sexual, estaria então a instituição assumindo uma postura de omissão diante da agressão? Alguns casos de assédio só passam a serem investigados quando as vítimas se posicionam através de redes sociais e protestos dentro da Universidade, ou seja, quando o assédio torna-se público, atrela-se a essa realidade a postura assumida pelos profissionais que recebem a demanda, quando estes não são capacitados acabam por estigmatizar a vítima, tornando o processo de denúncia mais delicado, é claro que a comunidade acadêmica é composta por variados profissionais, mas aqui destacarei o assistente social inserido nesse espaço, “o Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo e tem sua atuação pautada nas diversas expressões da Questão Social. Sendo assim, a intervenção do assistente social caminha, entre outras instâncias, desde as manifestações de violações de

---

<sup>4</sup> O nome da Universidade em questão foi ocultado a fim de proteger o sigilo da entrevistada, como assegurado no Termo de Consentimento.

direitos, até os mais diversos tipos de desigualdade presentes na sociedade, (BARBOSA, 2011). O fazer profissional deste, precisa ser desenvolvido em qualquer área que atue, assim como na Universidade desprovido de qualquer forma de juízo de valor, objetivando o acolhimento a demanda a partir dos Princípios Fundamentais estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social,

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Potencializando assim a importância do assistente social no âmbito universitário e no acolhimento dessas demandas. No entanto, é importante enfatizar que o enfrentamento à violência advém muitas vezes das próprias discentes que em alguns casos assumem a militância como forma de proteção ao assédio,

\*Como você se sentiu após o ocorrido?

Um pouco imponente. Mas ao mesmo tempo convicta da importância da minha militância. E as vezes triste por meus colegas fazerem piadas como se o ocorrido tivesse sido brincadeira, (Júlia, graduanda de geografia).

Mesmo sabendo que a culpa nunca é dá vítima é inevitável se sentir culpada, afinal você coloca o seu comportamento sob questionamento é triste a realidade da nossa sociedade e cada vez se mostra mais importante a necessidade de nos identificarmos como feministas, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

\*O assédio sexual trouxe algum impacto para sua vida pessoal e acadêmica, qual?

Acho que afetou mais o emocional, de me policiar mais, o episódio me colocou em uma posição de cerceamento da minha liberdade individual,

necessário para mulheres transitarem de forma segura na sociedade, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

Outros casos de assédio sexual, porém, apresentam desfechos diferentes, segundo Santana e Vanin, (2017), “historicamente, o feminismo vem garantindo diversos avanços para os direitos das mulheres. Nos últimos anos, o Brasil tomou uma série de medidas para combater a violência contra a mulher como a criação de DEAMs nos anos 80 e ampliação de rede de atenção a mulheres vítimas de violência (BANDEIRA, 2014), a aprovação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e a definição de feminicídio (BRASIL, 2015)”, além da Lei do Assédio Sexual (Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001), mas as condições no trato deste segue a passos lentos. Dentro da Universidade os casos de assédio sem resolução dificultam a vida acadêmica das discentes, no passo que essas para evitar a convivência com o assediador desligam-se de atividades em que este esteja presente, resultando ainda em casos mais graves onde o assédio vira ferramenta de evasão.

Nas duas entrevistas realizadas as participantes, como já colocado, optaram por não denunciar o assédio sofrido, em parte por não entender o comportamento como violência quando este aconteceu e pelo fato da instituição não oferecer segurança para denúncia, da mesma forma que acredita que a Universidade não tomaria as providências cabíveis, as entrevistadas relatam que os autores do assédio continuam inseridos no ambiente universitário protagonizando outros casos de assédio sexual, além de destacarem a presença de novos casos com novos autores e o posicionamento da Universidade diante deles,

\*Como está o assediador hoje? Há relatos de outros casos envolvendo ele?

Está lecionando na universidade e sim, várias meninas relatam o assédio sofrido, mas não tem apoio ou ficam com medo do que o professor possa fazer, (Júlia, graduanda de geografia).

O assediador tem fama de “macho escroto” e com o tempo soube de outros casos em que teve atitudes invasiva com mulheres, (Rafaela, militante dos direitos da mulher).

\*Há outros relatos de assédio na Universidade envolvendo outros atores? Qual medida tem sido adotada?

Sim. Por alunos e professores. No máximo, uma nota de repúdio. Em um dos casos foi o que fizeram, os demais, são silenciados, (Júlia, graduanda de geografia).

Tem surgido vários relatos de assédio e a mobilização de coletivos feministas auto organizados cada vez mais presente na comunidade acadêmica. A instituição repudia tais atitudes e tem promovido cada vez mais espaços voltados para a discussão, mas não se posiciona sobre os casos de maneira mais efetiva, focando mais em campanhas de conscientização, (Rafaela, militante do direito das mulheres).

Destaca-se, portanto, a partir da pesquisa a presença crescente do machismo dentro do ambiente acadêmico refletido através do assédio sexual, o assédio é abusivo e invasivo e não é particularidade de uma única Universidade, pelo contrário, esse está a se disseminar no cotidiano de inúmeras discentes pelo Brasil.

As duas participantes da entrevista são graduandas de cursos diferentes e estudam em estados diferentes, logo possuem cultura e vivência amplamente diversificadas, observa-se dentro desse contexto que a reação e enfrentamento ao assédio se assemelham, a vulnerabilidade e omissão ao assunto se repetem, poucos casos chegam de fato a ser denunciado e quando os são precisam ainda ultrapassar a barreira do machismo, poucos casos de fato tem resolução, o assédio sexual tão brutalmente violento segue sendo silenciado no interior da Universidade.

É nessa perspectiva que medidas de enfrentamento precisam ser tomadas, baseada na ingressão crescente de mulheres na Universidade e tendo a Instituição como um ambiente de relação social, assuntos como a violência de gênero precisa ter mais espaço na vida acadêmica dos alunos, a pesquisa realizada pelo Instituto Avon e a Data Popular sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário aponta que dos estudantes entrevistados 64% dos homens e 78% das mulheres concordam que a violência contra mulher deveria ser um tema abordado em sala de aula (PESQUISA INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015), este poderia do mesmo modo ser abordado em campanhas de conscientização que enfatizem a importância da denúncia e desconstrução da culpabilização da vítima, por exemplo; ser utilizado com mais frequência como tema para eventos, seminários e palestras, assim como ser criado grupos de pesquisa no sentido de intensificar a criação de material que contemplem o assunto, além de tornar mais frequente o debate sobre o mesmo; criar um núcleo na Universidade que esteja destinado para assuntos dessa finalidade, criando assim uma aproximação maior com as discentes e contribuindo para que assuntos como, denúncia de assédio sexual, tornem-se mais esclarecidos, sendo igualmente necessário a capacitação dos profissionais da Universidade. Para além disso é essencial pensar no assédio sexual em toda sua extensão como violência de

gênero, que constitui risco ao segmento feminino, mesmo sendo este muitas vezes minimizado ao “elogio”, é relevante a discussão acerca do tema, pois entender o problema como violência pode contribuir na desnaturalização do mesmo, dessa forma medidas de cunho social precisam ser tomadas no que diz respeito a criação de políticas públicas<sup>5</sup> voltadas para o assédio sexual, assim como a extensão da Lei do Assédio Sexual (Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001), prevendo como assédio não apenas aquele que ocorre na esfera do trabalho.

---

<sup>5</sup> “Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”, (SOUZA, 2006, p. 7)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra mulheres é praticada de diferentes formas, pode ocorrer explícita ou dissimuladamente, tanto na esfera pública quanto na privada, causando desde danos físicos, psicológicos e até mesmo a morte. Todavia, muitas vezes permanece envolta em silêncio, porque as mulheres se sentem envergonhadas e/ou culpadas pela violência sofrida ou quando denunciam, são tratadas com descaso, como se fosse algo irrelevante, atribuindo à mulher a responsabilidade pelo ato de violência sofrido, (TAVARES, 2017).

A discussão sobre o assédio sexual se configura como medida de suma importância, além de enfrentar a agressão, as mulheres precisam ainda lidar com a estigmatização depositadas nelas pela violência sofrida, a cultura patriarcal como já exposto, atribuiu papéis e posturas dentro da sociedade, dando ao homem o poder e à mulher a subordinação, este fato implica em diferentes problemáticas que se reproduzem até os dias atuais.

A violência entre gêneros tem alcance infelizmente expansivo, estando inserido nos mais diversos espaços da sociedade, as conquistas feministas e as lutas diárias deram visibilidade e ferramentas para o enfrentamento dessa violência, porém estas encontram-se ainda enraizadas na sociedade mudando apenas a forma como se apresentam, podendo até mesmo em alguns casos não serem entendidas como tal, a naturalização da violência, portanto, configura-se como outro mecanismo de agressão a mulher, pois possibilita a existência da violência sem coerções por parte da sociedade.

Abordar a história do segmento feminino na sociedade compete, portanto, em discorrer sobre variadas vertentes que estão imbricadas entre si, hora sendo o resultado, hora sendo o efeito. A reação ao assédio sexual tem sido o silêncio, o silêncio sobre os casos de assédio no sentido de não assumi-los enquanto Instituição e procurar dar resolução a eles, tem dado espaço para a continuação da agressão.

A sociedade de um modo geral tem sido incisiva, ainda que a desigualdade entre gêneros apresente-se de forma mais camuflada (comparado com o auge do patriarcalismo), esta continua a desempenhar seu papel de inferiorização, “de fato os preconceitos contra as mulheres vêm de longe; e circulam nos mais diversos níveis de ideologia dominante. Estão confortavelmente instalados nos provérbios populares, na moral tradicional, em antigos costumes, na letra dos sambas (das músicas); mas também passeiam com desenvoltura pelas obras dos filósofos e dos grandes

escritores” (KONDER, 2009, p. 158 apud SCHIMITT, 2016, p. 7), estando presente do mesmo modo em campanhas de publicidade, que se constitui na atualidade um maior acesso social, reproduzindo com efeito no cotidiano a objetificação sexual da mulher, dando espaço assim para a ideia de publicização do corpo feminino que acaba por dar continuidade a vulnerabilização de um segmento que a muito vem sendo vulnerabilizado, enfatizo aqui a mulher negra, que excluída do que se entende por história da mulher na sociedade, vê ainda refletir em seu cotidiano a estigmatização da escravidão e da objetificação creditados nelas.

É neste âmbito que reforço a importância do debate e aprofundamento sobre o assédio sexual, debate este que segue sendo forçadamente prematuro, o ambiente universitário não pode ser palco de omissão e proliferação ao assédio sexual, ao contrário disso precisa usar os artifícios cabíveis para seu enfrentamento e desconstrução, tratar o assédio sexual como o que ele realmente representa pode ser a voz no silêncio das vítimas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. F., RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de rendimentos por gênero no Brasil: uma análise regional.** In: Revista Econômica do Nordeste (2002) v. 33, n. 2, p. 196-217.

BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior.** Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20626/20626.PDFXXvmi=K3kZUMU6hkiRaIP19ppPcTcFdSizd0AZ3VxxIT41enSp6Jqg9R6mMi20ckAqlbpo7omPirRxPKxVupdEhj15D45PpFhLQHaZ6xPp0HxQsW Mxm1CFkDKxIPO8v6TnN5mUDdkEUjungimDjZjED4DIUrurxoPmtidi8rDMmxhLeB8S U8czMhd9dFEFe4vCzKUHczuzwNIMotGjDTTpb7zoNe42iBERIAAx957HSstixaCB4w2gEBFrQKu9la2HKCgTH>>. Acesso em: 11 de abr. de 2018.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. **Lei das Contravenções Penais.** Rio de Janeiro, out. 1941.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - **Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Brasília, DF, mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – **Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.** Brasília, DF, mai. 2001.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. **Mulher Negra.** São Paulo. Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina 1985

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Pierre Bourdieu sobre gênero e educação.** Revista Ártemis, n.1, p. 1-14, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Gênero, p. 1-20, 2013.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 11 de abr. de 2018.

DAVIS. Angela. **Mulher, Raça e Classe.** Plataforma Gueto, 2013.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental.** Revista fatos&versões, n.2 v.1, p. 3-16, 2009.

ÉPOCA. **Mexeu Com Uma Mexeu Com Todas.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2017/04/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas.html>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

FORUM FALE SEM MEDO AVON. **Pesquisa inédita Instituto Avon/Data Popular revela que 42% das estudantes sentem medo de sofrer algum tipo de violência no ambiente universitário.** Disponível em: <<http://www.avon.com.br/app/images/dashboard/instituto-avon-site/release-pesquisa-violencia-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** 38° tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FSA. **De consentimento livre e esclarecido (TCLE).** Disponível em: <<https://www.unifsa.com.br/institucional/comite-de-etica/tcle>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

G1. **Homem solto após ejacular em mulher em ônibus é preso de novo ao atacar outra passageira.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/homem-e-preso-suspeito-de-ato-obsceno-contra-mulher-em-onibus-3-caso-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

G1. **Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, aponta Datafolha.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mais-de-500-mulheres-sao-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora-no-brasil-aponta-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 29 de mar. 2018.

G1. **Mulher sofre assédio sexual dentro de ônibus na Avenida Paulista.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mulher-sofre-assedio-sexual-dentro-de-onibus-na-avenida-paulista.ghtml>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

GERHARDT, Tatiana e SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa.** Rio Grande do Sul. UFRGS. 1°ed. 2009.

GLAMOUR. **Não passarão! 15 casos de assédio sexual que foram revelados em 2017.** Disponível em: <<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2017/11/nao-passarao-15-casos-de-assedio-sexual-que-foram-revelados-em-2017.html>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.**

Disponível em:

<[http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf)>. Acesso em: 11 de abr. de 2018.

KAUR, Rupi. **Outros jeitos de usar a boca.** 14. ed. São Paulo. Planeta, 2017.

LINHARES, Kleiton. **O corpo da mulher negra: a dualidade entre o prazer e o trabalho.** Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/623.pdf>>. Acesso em: 23. fev. de 2018.

LOURENÇO, A. C. S. ARTEMENKO, N. P. BRAGAGLIA, A. P. **A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos.** Rio de Janeiro, 2014, p. 1-15.

**Mulheres em movimento.** CARNEIRO, Sueli. Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.49, pp.117-133. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

O DIA. **Dez alunas denunciam professor de universidade em SC por crimes sexuais.** Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/brasil/2018/03/5527410-dez-alunas-denunciam-professor-de-universidade-em-sc-por-crimes-sexuais.html>>. Acesso em: 09 de abr. de 2018.

OLGA. **Chga de fiu fiu.** Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 29 de mar. De 2018.

OLGA. **Chega de fiu fiu: resultado da pesquisa.** Disponível em: <<https://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 29 de mar. 2018.

OLGA. **Faq chega de fiu fiu.** Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/faq-chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 29 de mar. 2018.

ONUBR. ONU: **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 26. fev. de 2018.

SANTANA, Luanna Calasans de Souza e VANIN, Iole Macêdo. **A questão da violência contra a mulher na Universidade Federal da Bahia.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundo das Mulheres. Florianópolis, 2017, p. 1-12.

SCHMITT. Nayara Graciele. **A influência da cultura patriarcal na reprodução de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social do município de Aranguá/SC.** P. 1-29, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11 de abr. de 2018.

TAVARES, Santana Márcia. **De mulher para mulher: compartilhando segredos sobre violências de gênero.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundo das Mulheres. Florianópolis, 2017, p. 1-11.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento



Esta entrevista é parte fundamental para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso na graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A pesquisa tem como tema “A invisibilidade do assédio sexual no ambiente universitário: o assédio não existe ou é silenciado?”. O Trabalho é desenvolvido pela graduanda Karla Caroline Duarte Guedes, sob a orientação da Dra<sup>o</sup> Dyane Brito Reis Santos (UFRB). Consciente da importância do assunto e da proteção aos dados resultantes da pesquisa, asseguro-lhe que a identificação da entrevistada não será divulgada, fazendo uso de nomes fictícios quando necessário. No que diz respeito as informações obtidas na aplicação da entrevista, estas só serão utilizadas na pesquisa sob consentimento da entrevistada.

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em fornecer entrevista para utilização dos dados no trabalho de conclusão de curso da graduando Karla Caroline Duarte Guedes, que tem como tema de pesquisa “A invisibilidade do assédio sexual no ambiente universitário: o assédio não existe ou é silenciado?”.

## APÊNDICE B – Questionário

### ENTREVISTA – A INVISIBILIDADE DO ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: O ASSÉDIO NÃO EXISTE OU É SILÊNCIADO?

Nome (opcional):

Idade:

Raça/cor:

Cidade de origem:

Universidade:

Curso:

Semestre:

1° Que idade você tinha quando foi assediada?

2° Em que momento do curso (semestre), você foi assediada?

3° Quem foi o assediador?

4° Como foi? (Conte o caso).

5° O que você fez, como você reagiu?

6° Você denunciou em alguma instância? A denúncia foi dentro da Universidade?

7° Se houve denúncia da Universidade, qual foi o procedimento adotado pela instituição?

8° O que houve depois da denúncia?

9° Você teve o apoio de alguém ou de algum movimento?

10° Após o ocorrido houve alguma ameaça?

11° Como você se sentiu após o ocorrido?

12° O assédio sexual trouxe algum impacto para sua vida pessoal e acadêmica, qual?

13° O caso teve resolução?

14° Como está o assediador hoje? Há relatos de outros casos envolvendo ele?

15° Há outros relatos de assédio na Universidade? (envolvendo outros atores)  
Qual medida tem sido adotada?

16° Você tem ou teve noção de quais setores ou pessoas procurar em caso de assédio sexual?

17° Já foi assediada em algum outro momento dentro da Universidade?

18° Se fosse hoje o caso de assédio, qual seria sua reação?

Obrigada!